

# Economia em Debate n<sup>o</sup> 285

(22/10/2018)

***Economia em Debate*** é um instrumento para a reflexão das questões que envolvem a economia brasileira e mundial. Os textos selecionados e aqui publicados, com suas respectivas fontes e autores, não expressam necessariamente a opinião da UGT. Constituem, assim, fontes plurais e imprescindíveis que podem auxiliar na socialização de informações úteis e na compreensão de inúmeros problemas econômicos nacionais e internacionais que afetam toda a sociedade, em especial aos trabalhadores.



**Eduardo Rocha**  
**Economista da União Geral dos Trabalhadores (UGT)**

## **Capital externo é necessário, dizem analistas**

**O Estado de S.Paulo - 22/10/2018**

Só neste ano, dois países adotaram medidas para restringir investimento estrangeiro, em especial dos chineses. Austrália e EUA criaram barreiras que afetam diretamente os asiáticos. Por aqui, o candidato à Presidência da República Jair Bolsonaro (PSL), líder na corrida eleitoral, também já demonstrou que pode adotar alguns limites no setor de energia se for eleito. O tema é controverso entre especialistas. Há quem avalie que o País não está em condições de recusar investimentos.

“Esse é um discurso que os países ricos têm. Mas em um país como o Brasil não se justifica (limitação de capital)”, afirma o professor Carlos Arruda, gerente do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da Fundação Dom Cabral. Ele entende que o processo de concentração vai ser bom para o Brasil, como já ocorreu em outras épocas no setor de autopeças, telecomunicações, mineração e siderurgia. “De uma maneira geral, a desnacionalização é positiva do ponto de vista de modernização. Embora a empresa passe a ter controle estrangeiro, a operação será mais eficiente e produtiva.”

O economista Márcio Holland, professor da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e responsável pelo Observatório das Estatais, tem a mesma opinião: “Capital não tem pátria”. Na avaliação dele, o Brasil vive hoje um processo de consolidação típico de recessões econômicas, quando uma empresa enfraquecida é comprada por outra mais forte, que acaba otimizando a operação. “Daqui para frente vamos ver ainda mais aquisições, só que de fundos de investimentos, que estão com grande liquidez no mundo.”

Para Arruda, no entanto, os chineses continuaram ampliando sua presença no mundo. Nos últimos anos, diz ele, a China acumulou capital e criou uma proposta geopolítica de ocupar mercados importantes voltados ao consumo e também de infraestrutura. E tem feito isso com forte apetite no Brasil. “Eles estão aproveitando que o País está barato e comprando empresas boas, mas que não têm capacidade para se expandir. Isso pode ser verificado, por exemplo, em empresas de medidores de energia.”

Arruda destaca que esse processo de consolidação só será ruim para o Brasil se houver alguma interferência política por parte dos investidores, como a Austrália tem reclamado.

O professor da Unicamp, Pedro Paulo Zahluth Bastos, pondera que o processo de consolidação por capital externo pode trazer problemas para a economia nacional. “É normal que uma empresa que compra outra menor em escala global vai diminuir redundâncias. Vai substituir, por exemplo, um fornecedor nacional pelo dela.” Na opinião de Bastos, isso poderá ocorrer com a venda da Embraer para a Boeing, prevista para ser concluída ainda para este ano. “O resultado é que a estrutura brasileira ficará menos densa e com menos

capacitação. O movimento de fusões e aquisições também é de racionalização.”

“Estão aproveitando que o País está barato e comprando empresas boas, que não têm capacidade para se expandir.” Carlos Arruda

GERENTE DO NÚCLEO DE INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO DA FDC

## **Dispara venda de empresa local a estrangeiros**

**O Estado de S.Paulo - 22/10/2018**

Nos últimos cinco anos, quase 400 empresas brasileiras passaram às mãos de estrangeiros no País – o valor dos negócios soma R\$ 133 bilhões. O movimento, que vem crescendo, ganhou força no ano passado, com 108 transações envolvendo capital externo, uma alta de 40% ante as 75 de 2016.

Nos últimos cinco anos, quase 400 empresas brasileiras passaram para as mãos de estrangeiros no País. Eles desembolsaram R\$ 133 bilhões nesse período para comprar participações em companhias nacionais. O movimento vem crescendo desde 2014, mas ganhou destaque no ano passado, quando as transações envolvendo capital externo avançaram 40% – de 75, em 2016, para 108.

Neste ano, a expectativa é que, definido o cenário eleitoral na próxima semana, novas operações sejam anunciadas, elevando ainda mais a presença de grupos internacionais no País. Na lista de anúncios esperados, estão operações envolvendo duas gigantes nacionais: Embraer e Braskem.

Os números – levantados pela Transactional Track Record (TTR), que acompanha o volume de fusões e aquisições no mundo – refletem o cenário econômico nacional e externo. Enquanto o Brasil patina na retomada da economia, com empresas em dificuldade e real desvalorizado, o mundo vive uma onda de elevada liquidez. Isso fez os ativos brasileiros virarem alvo de estrangeiros, que veem o Brasil como um mercado consumidor importante.

“Estamos com limite de poupança interna e o mundo tem capital em abundância. Esses recursos que vêm do exterior são até necessários para que as empresas continuem operando”, afirma o professor do Insper, Sérgio Lazzarini, autor do livro Capitalismo de Laços – Os donos do Brasil e suas conexões.

Ele lembra que empresas importantes para a economia brasileira caíram na Lava Jato e foram obrigadas a vender ativos para pagar dívidas e reforçar o caixa – a exemplo de Odebrecht que se desfez de vários negócios, como a Odebrecht Ambiental, vendida para a canadense Brookfield. “Na recessão, quem tinha dinheiro para marcar território eram os estrangeiros.”

Os americanos, chineses e franceses foram os que mais se aproveitaram dessa fase de “Brasil barato”, segundo o levantamento da TTR, feito a pedido do Estado. No ranking por número de transações, os EUA fecharam 75 operações entre 2014 e 2018; China, 23; e França, 22.

Um dos negócios fechados recentemente pelos americanos foi o da multinacional Archer Daniels Midland Company (ADM), que comprou ativos da empresa brasileira Algar Agro. O negócio incluiu as instalações de processamento de oleaginosas em Uberlândia (MG) e Porto Franco (MA).

Os chineses foram mais ativos no setor de infraestrutura – o que virou alvo de crítica por parte do candidato Jair Bolsonaro (PSL). Ele sinalizou restrição ao capital chinês, especialmente no setor de energia, se for eleito. Nos últimos anos, os asiáticos injetaram bilhões de reais no setor para comprar hidrelétricas das estatais Cesp e Cemig e a distribuidora de energia CPFL.

Além disso, controlam o Porto São Luís (MA) e têm outros negócios em andamento, como a aquisição da Hidrelétrica Santo Antônio, no Rio Madeira. Os franceses, na terceira posição no ranking da TTR, também compraram ativos importantes na área de energia renovável, petróleo, aeroportos (Aeroporto de Salvador) e tecnologia.

“Esse movimento vai além da crise; são decisões estratégicas de investidores que olham um horizonte mais longo e veem que, independentemente de quem for governar o Brasil, as reformas são necessárias para o País voltar a crescer”, diz Thiago Rocha, diretor da área de fusões e aquisições do Credit Suisse. Ele afirma que tem percebido um aumento do interesse dos estrangeiros pelo País, especialmente dos europeus.

## **Cartão deve acabar antes de dinheiro, diz instituto britânico**

**Valor Econômico - 22/10/2018**

Apesar de muita gente imaginar um futuro sem dinheiro físico, quem corre risco ainda maior de extinção, na verdade, são os cartões de crédito e débito. As pesquisas sobre meios de pagamento conduzidas pelo instituto britânico RBR (Retail Banking Research), especializado em automação bancária, mostram que tecnologias em evolução concorrem com o uso de papel moeda. Porém, conseguem substituir de maneira ainda mais eficiente o plástico emitido pelos bancos.

O diretor administrativo, Dominic Hirsch, e o analista sênior da instituição, Alex Maple, em entrevista ao Valor, afirmaram que, na verdade, o uso de papel moeda continua a crescer, em especial nos países em desenvolvimento. “No curto e médio prazo, claramente, o dinheiro não irá desaparecer e estamos a um longo caminho de isso realmente acontecer”, afirma Hirsch.

Para o pesquisador do RBR, "muitas pessoas nos perguntam o que vai desaparecer primeiro, o dinheiro ou os cartões de crédito e débito. E nós enxergamos que os cartões definitivamente vão desaparecer antes do dinheiro". E o motivo para isso é que soluções como cartões virtuais para pagamento sem contato e outras formas de transferência de valores por meio de celulares tornam a experiência do usuário "sem fricção", ou seja, acrescentam conveniência e comodidade.

Por outro lado, de acordo com o diretor do RBR, no Brasil existem quase 60 milhões de desbancarizados. "Em países com um cenário como esse, o dinheiro provavelmente não vai deixar de ser usado tão cedo, ou irá entrar em declínio e eventualmente desaparecer em um horizonte que ainda não podemos enxergar."

Na visão do pesquisador, as pessoas que estão fora do sistema bancário têm resistência em confiar nas instituições. "Se você pensar no processo de pagamentos com cartão, o que acontece é que você coloca seu dinheiro em uma conta e confia que o dinheiro está seguro, mas o papel moeda é muito mais básico, instintivo e tangível", completa Hirsch.

Maple acrescenta que mesmo em países desenvolvidos, onde o uso do papel moeda apresenta uma tendência de queda, essa redução está ocorrendo de forma lenta e vai levar muitos anos para que o dinheiro físico efetivamente desapareça. "O que faz o dinheiro ser tão confiável é que, por exemplo, se ocorrer alguma catástrofe natural ou uma guerra nuclear, o dinheiro ainda será aceito como meio de pagamento. O dinheiro é um meio de pagamento confiável."

Conforme os pesquisadores, entretanto, cada vez mais as novas tecnologias ampliam sua ameaça tanto ao papel moeda quanto aos cartões físicos. "Das tecnologias hoje, de longe a maior ameaça ao dinheiro são as soluções móveis, por exemplo, Apple Pay e Google Pay, porque são um substituto direto [do pagamento físico]", afirma Maple.

O Apple Pay substitui os cartões de crédito e débito com o uso da tecnologia sem fio NFC (Near Field Communication, ou comunicação por proximidade, em tradução livre do inglês). O dono do celular precisa antes cadastrar seus cartões, processo feito com uso da câmera embutida. Feito isso, o usuário pode realizar uma transação apenas aproximando o smartphone da maquininha de cobrança e autenticando o pagamento a partir do sensor biométrico do iPhone.

O Google Pay funciona também por meio de NFC. A ferramenta opera em aparelhos com sistema Android, mas, diferentemente da solução da Apple, por enquanto aceita o cadastramento apenas de cartões de crédito.

Maple lembra que as cédulas hoje em dia são mais utilizadas em pequenos estabelecimentos comerciais e de serviços, como lojas de conveniência, transportes e bancas de jornais. "No futuro, é muito simples e provável que o

dinheiro nesses locais seja substituído por um cartão 'contactless' [sem contato] ou uma forma de pagamento móvel."

Hirsch cita o exemplo da China. "Lá você tem o Ali Pay e o WeChat Pay, que são soluções de pagamento conectadas às redes sociais, sem utilizar estruturas de cartões, mas ainda ligadas aos bancos, pois a estrutura de crédito passa por essas organizações, porque você precisa colocar e tirar o dinheiro de lá", explica.

O AliPay contabiliza 700 milhões de usuários e responde por mais da metade do mercado de pagamentos móveis da China, que gira US\$ 5,5 trilhões por ano. O WeChat Pay é a solução de carteira digital do aplicativo de comunicação mais usado na China. A empresa divulga ter mais de 1 bilhão de usuários.

Juntar as facilidades de pagamento e transferência de dinheiro aos recursos do aplicativo tem-se provado um modelo de forte apelo. Pelo menos no país asiático. Para o pesquisador do RBR, a solução mostra muita flexibilidade, pois permite movimentar valores de maneira quase instantânea entre os usuários.

"Há sistemas diferentes em outras regiões ao redor do mundo, mas até o momento nenhum país adotou esse tipo de pagamento de pessoa para pessoa como a China", avalia Hirsch. "A pergunta é se o que aconteceu na China vai ocorrer em outros países, ou se há algo diferente no mercado chinês", acrescenta.

Na experiência do Reino Unido, o que tem mudado a regra do jogo, segundo Maple, tem sido o advento dos cartões digitais sem contato. A forma de pagamento contactless se popularizou muito depressa, "simplesmente pela ausência de fricção", diz. Conforme o pesquisador, "se os meios de pagamento forem universais, confiáveis e sem fricção eles vão crescer e, reunidos esses aspectos, podem oferecer uma ameaça ao dinheiro e ao plástico, como já ocorre na China".

As investigações do RBR mostram que nem todos os países são iguais em relação à adoção das tecnologias. "Mas o que nós observamos é que, quando um mecanismo é muito popular em um país, ele torna mais difícil o ganho de popularidade para outros mecanismos", pondera Hirsch. O diretor do instituto cita novamente o exemplo da China e considera, devido à popularidade do Ali Pay e do WeChat Pay, existir dificuldade de outros meios de pagamento se tornarem bem sucedidos no país da Ásia.

Em algum momento no futuro, o dinheiro físico pode ainda ser substituído por soluções mais prosaicas, como um código QR. "Nesse caso, o blockchain teria um papel importante para possibilitar esse tipo de solução, devido às características de ser [um registro] único", aponta Maple.

Conforme Hirsch, o blockchain tem o potencial para transformar a maneira com que muitos processos funcionam na indústria, "mas, até este momento, não há

uma alternativa real [de solução] dessa tecnologia ao uso do dinheiro e nós nem consideramos [criptomoedas como] o bitcoin, que é mais uma forma de investimento do que pagamento". Para o diretor do RBR, "a tecnologia blockchain pode ter um papel futuro nos sistemas de pagamento para substituir o dinheiro, entretanto estamos muito distantes dessa realidade".

## **Governo prevê ganho de renda com reformas**

### **Valor Econômico - 22/10/2018**

As reformas realizadas no governo Michel Temer, em especial a trabalhista e a do mercado de crédito - com a criação da Taxa de Longo Prazo (TLP) -, devem elevar em 24,6% o Produto Interno Bruto (PIB) per capita brasileiro nos próximos 20 anos, segundo cálculos internos recentemente elaborados pela equipe econômica.

Pelas contas obtidas pelo Valor, o PIB per capita somente por causa dessas reformas deve subir dos atuais US\$ 14,2 mil para US\$ 17,7 mil em duas décadas. Esse cenário considera a continuidade da vigência do teto de gastos e a realização de uma reforma da Previdência para viabilizar a estabilidade fiscal.

Nas simulações feitas pela equipe econômica, em um cenário no qual o Brasil avance em quatro outras reformas, o PIB per capita mais que dobraria nos próximos 20 anos, atingindo US\$ 24,6 mil. Essas outras mudanças estruturais seriam: abertura comercial, reformas tributária e de infraestrutura e uma convergência do nível educacional para padrões internacionais.

No caso da reforma trabalhista já realizada, o governo constata uma forte queda neste ano no número de ações trabalhistas. Empresários também têm relatado ao governo a percepção de que houve uma melhora substancial nesse

flanco, que daria mais fôlego às companhias.

No campo do crédito, a leitura é que a criação da TLP está trazendo o sistema financeiro privado para o fornecimento de recursos para os investimentos no lugar do BNDES, que teve redução. "Está funcionando muito bem, como esperávamos", comentou uma fonte, avaliando que havia subsídio excessivo alocado nessas operações, que se tornavam fonte de ganhos financeiros para as empresas sem efetivamente alavancar os investimentos das empresas.

Mesmo com os ganhos estimados em termos de PIB por pessoa, o Brasil ainda estaria longe da renda de Estados Unidos (US\$ 57,6 mil/ano) e Europa (US\$ 39,6 mil).

Na avaliação da mesma fonte, o desempenho do Chile nas últimas décadas em comparação com o Brasil apontaria para a eficácia de longo prazo de reformas liberalizantes. O interlocutor explica que, enquanto o país sul-americano

passou por um processo de aproximação da renda per capita com os Estados Unidos, o Brasil não conseguiu fazer o mesmo.

A fonte avalia que a reforma da Previdência é uma condição para que o Brasil consiga fazer que as demais reformas ainda a serem efetuadas tenham efeito sobre o PIB per capita brasileiro.

A leitura é que o impacto da reforma da Previdência é basicamente no sentido de garantir a solvência fiscal do país, pressuposto que garantiria juros mais baixos e fluxos de capitais para o país. A fonte considera que a Previdência tem impacto direto reduzido sobre a produtividade.

Além disso, a reforma previdenciária é vista como absolutamente necessária para garantir a viabilidade do teto de gastos nos próximos anos. Sem ela, o governo entende que em 2020 o limite de despesas será estourado, levando ao acionamento de medidas como congelamento de salários e contratações no funcionalismo, além do salário mínimo.

## **Mercado monitora decisões de política monetária e busca sinalizações futuras**

### **Valor Econômico - 22/10/2018**

As sinalizações favoráveis ao aperto monetário nos últimos meses no mundo desenvolvido têm ficado quase que exclusivamente restritas aos Estados Unidos, o que ajuda a explicar as altas recentes dos rendimentos dos Treasuries a máximas em vários anos. Porém, analistas já apontam maior probabilidade de outros mercados adotarem um tom mais "hawkish" (inclinado ao aperto) em relação a suas políticas monetárias, o que reforçaria a percepção de queda de oferta global de liquidez, com aumento de volatilidade e desvalorização de ativos de risco.

Um importante teste será imposto ao mercado nesta semana, quando quatro bancos centrais de países desenvolvidos anunciarão decisões sobre juros, em meio a sinais de inflação ganhando ritmo.

Na quarta-feira, o Riksbank (banco central da Suécia) e o Banco do Canadá (BoC) anunciam decisões de política monetária. No dia seguinte, será a vez do Banco Central Europeu (BCE) e do Norges Bank (o BC da Noruega).

Há duas semanas, a Suécia divulgou um aumento de 40 pontos-base na leitura anual do núcleo de seu índice de preços ao consumidor, na maior alta desde dezembro do ano passado. Na Noruega, o núcleo do índice de inflação de setembro surpreendeu ao vir 30 pontos-base acima da previsão do banco central. Na zona do euro, os preços ao consumidor subiram em setembro 2,1% em relação a um ano antes, mantendo-se acima da meta do BCE, de pouco abaixo de 2%.

"As surpresas inflacionárias na Escandinávia servem para lembrar aos investidores que esse tema [inflação] está vivo e merece discussão", afirma Zach Pandl, do Goldman Sachs.

Para Gek Teng Khoo, estrategista do Morgan Stanley, o aperto na capacidade de produção global, típica de fim de ciclo de crescimento, está elevando a inflação em todo o mundo e vai ditar mudanças na postura de outros bancos centrais além do Fed. Segundo ele, embora os mercados já tenham colocado no preço as indicações mais "hawkish" do Fed e, em menor grau, do BoC, as sinalizações pró-aperto monetário fora da América do Norte não aparecem nos preços.

"O ambiente mais desafiador, combinado com redução da liquidez global, sugere que a incerteza com a política e os indicadores econômicos deve subir, injetando volatilidade nos mercados de câmbio", afirma. Esse cenário, segundo ele, deve beneficiar sobretudo o iene japonês, considerado um ativo seguro.

Mesmo nos EUA, onde o mercado espera juros mais altos há meses, as recentes indicações mais "hawkish" de membros do Fed têm surpreendido, o que explica a alta dos "yields" dos Treasuries - um dos catalisadores do "sell-off" (venda generalizada) nas bolsas de valores dos últimos dias. Na Bolsa Mercantil de Chicago (CME, na sigla em inglês), contratos futuros indicam maior probabilidade de pelo menos três altas de juros até outubro do ano que vem. A chance subiu na sexta-feira para 57%, de 51% no dia anterior e 50% uma semana antes. A probabilidade de pelo menos quatro elevações aumentou para 22%, de 17% no pregão de quinta-feira e também 17% uma semana antes.

Não por acaso, o juro do Treasury de dois anos - mais associado às perspectivas para a política monetária - superou 2,91% ao ano na semana passada, maior patamar em uma década. Ao mesmo tempo, as ações em Wall Street foram alvejadas por mais volatilidade, o que levou os índices a passarem a acumular quedas entre 3,8% e 7,4% em outubro.

## **Não precisamos de um czar na economia, diz presidente da CNI**

**Valor Econômico - 22/10/2018**

"Não precisamos de um czar na economia", diz o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga Andrade, um dos empresários com maior acesso aos gabinetes de Brasília. Ele refere-se à acumulação de poderes nas mãos de Paulo Guedes em um "superministério" da Economia em eventual governo de Jair Bolsonaro (PSL).

Andrade é a favor da redução de ministérios na Esplanada, afirma que não entende a necessidade de uma pasta exclusiva para cuidar de Esporte ou de Cultura, mas é taxativamente contrário à incorporação do MDIC (Indústria e

Comércio Exterior) pela Fazenda e à fusão da Agricultura com o Meio Ambiente. "Quem vai defender as políticas industriais? A mesma pessoa que está pensando em aumento de imposto ou de receita? Se for assim, criem logo um ministério só para tudo!", ironiza Andrade.

Em pouco mais de uma hora de entrevista ao Valor, o industrial citou apenas uma vez o candidato do PT, Fernando Haddad, e afirmou acreditar que, a uma semana do segundo turno, a vitória de Bolsonaro está "praticamente consolidada". Para ele, os brasileiros estão sentindo falta do "pulso firme" de um presidente e o capitão reformado deve chegar ao Palácio do Planalto com capital político suficiente para promover harmonia com o Legislativo e com o Judiciário, além do Ministério Público, mas precisará, sim, negociar com partidos políticos.

Em meio à crise fiscal, Andrade ressalta a importância de uma reforma da Previdência e defende um programa de privatizações "ágil", mas sugere ainda avaliar outras medidas de ajuste, como a cobrança de mensalidade nas universidades federais. E afirma que a indústria toparia, no âmbito de uma simplificação tributária, discutir o volume de subsídios ao setor. Ele só reclama - muito - das indicações feitas pela equipe de Bolsonaro de um corte unilateral das tarifas de importação. A seguir, a entrevista:

**Valor:** Estamos a uma semana do segundo turno e Jair Bolsonaro aparece com grande vantagem nas pesquisas. O sr. acha que a vitória contra Fernando Haddad está dada?

**Robson Andrade:** O Bolsonaro parece bem consolidado, até por causa da onda que está havendo. Seja o Haddad, seja o PT, a rejeição é enorme e ainda está aumentando. Por isso, vejo a situação praticamente consolidada.

**Valor:** De qualquer forma, o país chega fraturado ao domingo das eleições. Como criar pontes e iniciar uma reconciliação nacional a partir da segunda-feira seguinte?

**Andrade:** Qualquer governante eleito deve, como primeira ação, buscar harmonia entre os diversos partidos representados no Congresso Nacional. O PSL fez 52 deputados, mas tem só 10% da Câmara. Ele precisará compor com outros partidos. Aliás, compor não, harmonizar. A expectativa dos brasileiros é que haja menos coalizão, menos composição. Isso foi um fator de problemas em governos passados.

**Valor:** E talvez o que tenha minado a candidato de Geraldo Alckmin, ao promover uma aliança com partidos do Centrão, vistos como excessivamente fisiológicos, não?

**Andrade:** Exatamente. O eleitor deu uma demonstração de que não está querendo as práticas do passado. Quer um governo com pessoas preparadas, especialistas em cada área, sem a necessidade de composição com os partidos. Mas é preciso negociar com os parlamentares, eles têm fidelidade

partidária, ainda mais agora com as cláusulas de barreira. A discussão entre direita e esquerda ficou extremada demais. Aqueles que se veem como centro acabaram ficando fora da discussão. O presidente eleito tem convicções e propostas, mas é preciso unificar.

**Valor:** Uma reconciliação com alguém que tem o histórico de Bolsonaro é viável?

**Andrade:** O presidente, depois que assume, tem esse papel. E isso é viável do lado dele, ele terá a capacidade de trazer à mesa um debate de forma equilibrada. Os partidos de esquerda, o PT, têm pessoas extremadas e com amarras ideológicas, mas também pessoas que podem participar de uma discussão elevada a favor do Brasil.

**Valor:** O governo Michel Temer ainda fala em aprovar algumas medidas legislativas e até uma reforma da Previdência no período de transição. O sr. acha possível?

**Andrade:** Alguns projetos ainda podem ser votados, mas infelizmente os parlamentares ainda estão levando ao plenário as decepções que tiveram nas urnas. Os resultados foram surpreendentes, ninguém esperava. Tivemos, dias atrás, a rejeição do Senado ao projeto de lei da Eletrobras. Era essencial. Por outro lado, não tenho a menor expectativa de que a reforma da Previdência ou a simplificação tributária possam ser aprovados ainda neste ano. O que pode avançar são discussões, o debate.

Novo governo precisa fazer a reforma da Previdência e caminhar para um programa de privatização ágil e rápido

**Valor:** E quais são prioridades o novo governo deve considerar de imediato?

**Andrade:** A reforma da Previdência é fundamental. Não dá resultado a curto prazo. Mas, a cada ano que deixamos de fazê-la, é mais um ano de déficit no futuro. Não há mais espaço, no Brasil, para aumentar impostos. A carga tributária é bastante elevada. Para ter mais receita, a chave é melhorar o ambiente de negócios e acabar com a informalidade.

Temos que caminhar para um programa de privatização ágil e rápido. Os recursos obtidos com o programa podem ajudar o governo a fazer um equilíbrio das contas públicas antes da volta do crescimento da economia. Não dá para zerar [o déficit], mas diminui. E fazer um ajuste administrativo, que não é imediato.

Veja o caso do orçamento da educação. O MEC tem R\$ 110 bilhões por ano, afora o Fies. Disso, uns R\$ 70 bilhões são folha de pagamento nas universidades públicas e escolas técnicas federais. E continuaremos defendendo universidade gratuita? Quem vai para lá são as pessoas com mais condições de pagar. Quem não tem condições, vai para faculdade privada porque é mais fácil de entrar. Está na hora de repensar.

**Valor:** Uma das questões colocadas por economistas próximos à campanha de Bolsonaro é a defesa de abertura comercial, com redução unilateral das tarifas de importação. Como o sr. vê essa medida?

**Andrade:** Olha, nós, na CNI, somos completamente a favor de uma inserção maior do Brasil no comércio internacional. Mas somos a favor disso por meio de acordos internacionais [de livre comércio]. Os acordos têm que ser discutidos e aprovados no Congresso. Uma redução unilateral das tarifas você pode fazer só por decisão da Camex [Câmara de Comércio Exterior]. Sem criar condições internas para a competitividade das empresas brasileiras lá fora, ou para concorrer com produtos importados que venham de economias com melhor ambiente de negócios, a redução unilateral de tarifas pode destruir o que existe aqui dentro.

**Valor:** Um dos argumentos é de que isso baratearia a incorporação de novas tecnologias pela própria indústria e traria mais concorrência em benefício dos consumidores.

**Andrade:** Não é verdade. O Brasil já se abriu bastante para o mundo. Hoje, se você diminuísse a burocracia nos portos para exportação e importação, os custos com burocracia cairiam entre 13% e 14%. Isso já seria uma medida saneadora, para trazer mais abertura ao Brasil. Por outro lado, quem exporta para o Brasil não exporta imposto, porque lá fora os exportadores são desonerados. Aqui nós exportamos e temos muitos impostos escondidos dentro da cadeia. Na indústria automotiva, chega a quase 10% o volume de impostos escondidos.

**Valor:** Então, de forma unilateral, a posição é taxativamente contrária?

**Andrade:** Claro. Outra coisa: se você faz uma redução unilateral de tarifas, fragiliza a posição de quem vai negociar [um acordo de livre comércio] porque você já deu o que podia dar. Isso não existe no mundo. Quando você vai negociar, dá uma coisa em troca de outra. Se não tem o que dar, vai negociar o quê? Temos hoje 13 milhões de desempregados. Vamos desempregar mais na indústria de máquinas, de autopeças?

**Valor:** No programa de governo de Bolsonaro, consta a incorporação do MDIC (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços) pelo superministério da Economia, a ser liderado por Paulo Guedes. A CNI pretende reagir se isso for mesmo proposto em um novo governo?

**Andrade:** Nós vamos colocar de novo esse posicionamento. Isso foi tentado na época do Collor e não deu certo. O mundo inteiro hoje está indo no sentido contrário. Em muitos países, inclusive nos Estados Unidos, um dos ministérios mais importantes é o da indústria. Alemanha e Inglaterra estão recriando os seus. China e Coreia tem ministérios da indústria. E o nosso, por que é importante? A indústria não pode estar ligada a alguém que pensa apenas no

aumento da receita ou na redução das despesas. A Fazenda tem um papel específico, o Planejamento tem um papel específico.

**Valor:** Mas por que preservar as questões industriais em uma pasta exclusiva e não em um superministério da Economia que tenha força?

**Andrade:** Porque é alguém pensando no desenvolvimento industrial. A indústria brasileira representa 21% do PIB, 32% da arrecadação, 68% dos recursos investidos em ciência e tecnologia, salários acima da média. Quem vai defender as políticas industriais? A mesma pessoa que está pensando em aumento de imposto ou de receita? Se for assim, que criem logo um ministério só para tudo! Quando se ouve falar em extinção do MDIC, toda a indústria brasileira está preocupada. Isso tem que ser discutido, conversado, não precisamos aqui de um czar para resolver o problema todo da economia.

**Valor:** O sr. conhece o Paulo Guedes? O que acha dele?

**Andrade:** Conheço. Já estive com ele poucas vezes, acho que é uma pessoa muito bem formada, preparada, economista com formação densa, tem as posições liberais que combinam com as propostas de Bolsonaro e acho que combinam com a necessidade do Brasil: mais mercado, menos Estado e menos burocracia.

Topamos a redução de subsídios, mas o sistema tributário atual leva a barganhas por subvenções no Congresso

**Valor:** Além de incorporar MDIC e Planejamento à Fazenda, o programa de Bolsonaro prevê redução de 29 para 15 ministérios. O que o sr. acha dessa fusão de pastas?

**Andrade:** O problema do Brasil não é ter alguns ministérios a mais. Eu até acho que alguns deveriam estar juntos. Cultura tem muito a ver com Educação. Turismo tem muito a ver com Indústria, fala-se em indústria do turismo. Nem sei se há algum país com Ministério do Esporte. Eu francamente não sei o que faz um Ministério do Esporte. Agora, juntar Agricultura e Meio Ambiente...

**Valor:** É ruim?

**Andrade:** O problema do meio ambiente no Brasil não é problema da agricultura. Quem vai discutir problemas ambientais relativos a saneamento, a energias renováveis, a rodovias, ferrovias, portos? Estou defendendo aqui não é só o MDIC. O Ministério do Meio Ambiente é importantíssimo. Vai passar todo o licenciamento da indústria, infraestrutura, de serviço, posto de gasolina, tudo isso vai passar a ser licenciado dentro do Ministério da Agricultura? Petróleo e gás vai ficar na Agricultura? Somos um dos países mais avançados em legislação ambiental, sempre discutindo a proteção da Amazônia, não tem o menor sentido acabar com o Ministério do Meio Ambiente.

**Valor:** Sair do Acordo de Paris é boa ideia?

**Andrade:** Eu não acho boa ideia sair do Acordo de Paris. Podemos melhorar o acordo. A população mundial aumenta todos os dias, há muita pobreza, se não cuidarmos do meio ambiente, não haverá sustentabilidade. Essas coisas precisam ser olhadas com muito critério. Imagina quanto já investimos, na indústria brasileira, em questões ambientais, em redução de emissões. Aí, de repente, joga-se isso fora e vamos começar tudo de novo. Não é assim...

**Valor:** O sr. acha possível, como diz Bolsonaro, governar sem entregar cargos para partidos políticos?

**Andrade:** Sobre isso eu tenho dúvida. O candidato Bolsonaro tem colocado claramente de que ele pretende fazer as nomeações sem que seja uma negociação com os partidos. É claro que você tem muitas nomeações a serem feitas, porque não é só o ministro, você tem todos os cargos abaixo dos ministros, segundo escalão. São muitas pessoas necessárias, até porque o governo do PT aparelhou muito. Agora, no sistema político brasileiro, o presidente tem que negociar com os partidos. Até para reduzir ministérios você precisa de uma medida provisória, enviar ao Congresso, tem que ser aprovada. E o partido do Bolsonaro tem 10%, um pouco mais, dos representantes da Câmara. Temos aí uma faixa de uns dez partidos com representação expressiva. Não vai negociar?

**Valor:** Normalmente os governos recém-eleitos têm um período de trégua, de lua de mel, aqueles 100 primeiros dias em que existe certo clima geral de colaboração. Desta vez, com uma campanha tão extremada, haverá essa mesma trégua?

**Andrade:** Primeiro, eu acho que é diferente de situações anteriores, porque antes o debate era muito próximo. As questões eram mais convergentes e menos polarizadas. Acho que o candidato Bolsonaro tem dado demonstrações fortes de firmeza e de autoridade. E nós, brasileiros, estamos sentindo a falta de autoridade, do pulso firme de um presidente.

Segundo, o presidente precisa criar uma harmonia entre os poderes. Eu vejo uma disputa de protagonismo de alguns poderes: Judiciário, Executivo, Legislativo, Ministério Público. Há um certo desrespeito de uma instituição com outra. Precisamos ter harmonia de tal maneira que cada um tenha responsabilidades bem definidas e suas decisões sejam respeitadas. O candidato Bolsonaro está vindo com capital político para fazer isso: votação muito grande, apoio popular importante, ele tem esse capital.

**Valor:** Mas o passado dele não é de suavidade, nem de conciliação, e o cargo exigirá suavidade, não?

**Andrade:** Tem que ser suave, mas tem que ser firme. Tem que demonstrar as convicções e as propostas que ele queira mesmo implementar. Aquilo que ele tem falado, prometido, acho que tem que demonstrar que quer fazer aquilo

mesmo, mas de uma maneira harmônica e não impositiva. E aí, então, negociar com os partidos e os parlamentares.

**Valor:** A atual equipe econômica já fala em redução de subsídios, mas um reexame dos incentivos fiscais parece ser necessária para o ajuste fiscal no próximo governo. A indústria topa diminuir subsídios?

**Andrade:** Nós topamos discutir a redução dos subsídios. Somos plenamente a favor. Eles criam distorções e incoerências. Há espaço para isso. Mas precisamos pensar que, enquanto continuarmos com esse sistema tributário, sempre haverá oportunidades para barganhar subvenções no Congresso.

No Congresso, como em qualquer país, há muitas forças de interesse atuando. Isso é bom, é saudável, há pessoas ali com representações específicas. Temos que discutir, sim, mas para termos clareza realmente é preciso fazer uma reforma tributária. E eu admito: não temos mais espaço para reduzir tributos. É apenas uma simplificação, criar legislações idênticas entre os Estados, sem divergências. E, por outro lado, pensar quais serão os atrativos para a instalação de indústrias no Nordeste. Quando se fala em agricultura, o foco está no Centro-Oeste. A indústria sempre vai procurar mercado e trabalhadores preparados. Nós damos a nossa colaboração, por meio do Senai, formando 3,5 milhões de pessoas por ano.

**Valor:** Para concluir, quais os principais acertos e erros que o sr. aponta no governo Temer?

**Andrade:** O governo Temer, com dois anos e meio aproximadamente, fez o que esperávamos havia mais de dez anos. O teto de gastos é fundamental para equilibrar as despesas públicas. A reforma do ensino médio, que o PT questiona muito, era uma demanda antiga. A nova legislação trabalhista deu modernidade às relações entre trabalhadores e empregadores.

Houve algumas privatizações importantes, como a das distribuidoras da Eletrobras. E os avanços no setor de óleo e gás, com o fim da operação obrigatória da Petrobras nos campos do pré-sal. Estamos com um crescimento que não é nada espetacular, com alguns setores ainda engatinhando, mas melhor do que vivíamos anos atrás.

**Valor:** E foi um governo que acabou no momento em que o presidente recebeu Joesley Batista, fora da agenda e quase de madrugada, no Palácio do Jaburu...

**Andrade:** Tanto o Legislativo quanto o Executivo cometeram falhas. A estatura do cargo não deveria permitir às pessoas se darem certas liberdades.

## **Déficit público tem queda lenta depois de superar 10% do PIB**

### **Valor Econômico - 22/10/2018**

Depois de superar 10% do PIB em 2015, o déficit público nominal brasileiro tem encolhido lentamente, alcançando 7,5% do PIB nos 12 meses até agosto, ou R\$ 503 bilhões em valores absolutos. O rombo é muito maior do que o da média dos países emergentes, estimado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em 3,9% do PIB para 2018. O resultado nominal, que inclui os gastos com juros, é um dos indicadores fiscais que mostram a gravidade da situação das contas públicas, ao lado da trajetória explosiva da dívida bruta, hoje um pouco superior a 77% do PIB.

A magnitude do déficit se deve à combinação dos elevados gastos com juros, que atingiram 6,2% do PIB nos 12 meses até agosto, e do rombo primário de 1,3% do PIB no mesmo período. O resultado primário das contas públicas não considera as despesas com juros.

A economista-chefe do J.P. Morgan no Brasil, Cassiana Fernandez, estima que o déficit nominal encerrará 2018 em 7,6% do PIB, um pouco abaixo dos 7,8% do PIB de 2017. O consenso dos analistas ouvidos pelo Banco Central (BC) é de um número um pouco menor, de 7,3% do PIB.

Esse buraco e a dívida bruta na casa de 77% do PIB são os principais motivos que fazem o Brasil aparecer como o quarto emergente mais vulnerável de um ranking elaborado pelo J.P. Morgan, que avalia 23 países em desenvolvimento.

A despeito das contas externas sólidas, com um baixo déficit em conta corrente e um volume expressivo de reservas internacionais, a situação fiscal delicada coloca o Brasil atrás apenas de Argentina, Turquia e Índia.

Além de destacar o quadro fiscal muito ruim, Cassiana observa que, "em segundo lugar, pesa sobre a estatística uma medida de risco político", mais influenciada pela baixa colocação do Brasil no ranking de ambiente de negócios. "Parte dessa piora tem sido minimizada pela redução do déficit nas contas externas e pelo menor risco de superaquecimento da economia, mas não a ponto de evitar que o país ainda fique na quarta posição entre os mais arriscados", aponta ela.

Ao falar sobre o quadro fiscal deste ano, Cassiana diz que "as menores taxas de juros contribuíram para ligeira queda nos gastos" financeiros, embora isso não tenha sido capaz de levar a uma queda significativa do déficit nominal. Além disso, o resultado primário segue em terreno negativo.

Outro fator que tem pressionado o déficit são as perdas do Banco Central (BC) com os contratos de swap cambial. Em agosto, elas atingiram R\$ 28,6 bilhões, devido à forte desvalorização do real no mês. Foi a maior perda mensal desde setembro de 2015, como nota a Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão do

Senado de acompanhamento das contas públicas. Os swaps cambiais equivalem a venda de dólares no mercado futuro. O BC tem perdas com esses contratos quando o real se deprecia e ganhos quando a moeda se valoriza.

Nos 12 meses até agosto, os gastos com os swaps ficaram em R\$ 38,4 bilhões. Excluindo essas perdas, as despesas do setor público com juros no período caem de 6,2% para 5,6% do PIB, enquanto o déficit nominal recua de 7,5% para 6,9% do PIB, aponta a IFI. Ainda assim, é um número bem maior do que a média do déficit dos emergentes.

Cassiana afirma que a reversão do câmbio para níveis mais valorizados em setembro e na primeira semana de outubro levou a ganhos para o BC de R\$ 19 bilhões com os contratos de swap, o que reduz as perdas do BC neste ano de R\$ 36,4 bilhões para R\$ 17,4 bilhões. Cassiana espera que esses instrumentos não tenham grande impacto sobre o pagamento de juros até o fim de 2018 pelo menos, se a taxa de câmbio ficar em linha com as estimativas do J.P. Morgan para a moeda, de R\$ 3,90 por dólar no fim deste ano.

"Acreditamos em uma redução muito lenta no déficit nominal nos próximos anos", diz Cassiana. "No entanto, mais do que um déficit alto em um determinado período de tempo, o importante é analisar a capacidade de o governo honrar essa dívida ao longo do tempo, ou seja, a trajetória da dívida à frente", aponta ela, ressaltando a necessidade de medidas para enfrentar essa situação fiscal delicada. A dívida bruta aumentou de 51,5% do PIB no fim de 2013 para 77,3% do PIB em agosto deste ano.

"O ajuste fiscal necessário passa por uma importante redução de gastos públicos, o que elevaria a confiança na capacidade de pagamento do governo, reduzindo o prêmio de risco e impulsionando o crescimento." O problema é que essa tarefa não é simples, uma vez que cerca de 90% dos gastos públicos no Brasil são obrigatórios por lei, lembra Cassiana, enfatizando a necessidade de uma reforma da Previdência, num cenário em que os gastos com aposentadorias dos empregados do setor público e do setor privado representam mais de 55% das despesas primárias totais.

Coordenadora de macroeconomia e política da Tendências Consultoria Integrada, Alessandra Ribeiro também vê uma redução gradual do déficit nominal nos próximos anos, observando que o rombo está em níveis preocupantes. O resultado nominal é o conceito fiscal mais amplo, mostrando a diferença entre todas as receitas e todas as despesas, inclusive os ganhos com aplicações financeiras e os gastos com juros.

Alessandra reduziu as previsões de seu cenário básico para o crescimento e elevou as estimativas para os juros reais (descontada a inflação) do período de 2019 a 2022. A avaliação da Tendências é de que a vitória será de Jair Bolsonaro (PSL), que tende a aprovar uma reforma da Previdência não muito ambiciosa, enfrentando dificuldades para gerenciar o presidencialismo de coalizão. Com isso, o mais provável é que uma agenda mais ampla de

reformas não consiga avançar, o que poderia ocorrer caso houvesse a eleição de um candidato de centro-direita, como Geraldo Alckmin (PSDB).

Nesse cenário, o crescimento médio do PIB ficaria em 1,8% ao ano entre 2019 e 2022, abaixo dos 2,8% projetados no cenário básico anterior. O juro real, por sua vez, tenderia a alcançar 4,6% em 2022 com Bolsonaro presidente, acima dos 4% previstos anteriormente, diz Alessandra.

A estimativa para o resultado primário é de que ele ficará no vermelho ao longo de todo o próximo mandato, atingindo um déficit de 0,8% do PIB em 2022. No cenário em que um candidato de centro-direita vencesse as eleições, o setor público teria um pequeno superávit primário em 2022, de 0,2% do PIB. Com isso, a projeção da Tendências para a dívida bruta daqui a quatro anos foi elevada de 82,2% para 88,3% do PIB. O endividamento bruto brasileiro, de pouco mais de 77% do PIB, é muito maior que os quase 51% do PIB estimados pelo FMI para a média da dívida bruta dos emergentes neste ano.

## **Candidatos têm propostas diferentes para rendimentos mais altos no IR**

### **Valor Econômico - 22/10/2018**

Com a isenção para salários de até cinco mínimos mensais como ponto em comum, a proposta de mudança do Imposto de Renda (IR) das pessoas físicas dos candidatos à Presidência Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT) devem trazer efeitos bem diferentes para quem ganha mais.

Com base nas informações preliminares existentes, simulações mostram que a proposta da equipe de Bolsonaro pode resultar em menos imposto para todas as faixas de renda, inclusive para as mais altas. A proposta do PT, ao contrário, reduz o imposto para a maior parte dos contribuintes, mas aumentará o IR devido sobre os salários maiores. O efeito das duas propostas é o mesmo para quem ganha até cinco salários mínimos, universo que representa 78% do total de pessoas que declaram IR.

A pedido do Valor, o economista Sérgio Gobetti fez simulações com base em informações divulgadas sobre as propostas de mudanças para IR de pessoas físicas pelos dois candidatos ou por integrantes de suas equipes econômicas. Por essas simulações, a proposta de Bolsonaro deve trazer maior impacto em termos de renúncia fiscal, estimada em R\$ 60,1 bilhões anuais. Foi considerada isenção de IR para ganhos de até cinco salários mínimos mensais. Sobre valores acima dessa faixa, foi aplicada a alíquota única de 20% de imposto. O exercício inferiu o fim das deduções com educação e saúde. Caso as deduções sejam mantidas, a perda de arrecadação sobe para R\$ 69,9 bilhões anuais. Os cálculos consideraram os dados de arrecadação do relatório de "Grandes Números das Declarações de Imposto de Renda das Pessoas Físicas", da Receita Federal.

Com ou sem deduções com despesas de educação e saúde, do ponto de vista do contribuinte, a proposta de Bolsonaro deve resultar em redução de carga tributária para todas as faixas de salário. Na hipótese de fim das deduções com educação e saúde, as simulações mostram redução média anual de R\$ 5.499 por contribuinte na faixa acima de sete até dez salários mínimos mensais. O alívio da carga em termos per capita é maior quanto mais alta a faixa de renda. Para a faixa acima de 60 até 80 salários mínimos, a redução anual média de IR devido é bem maior, de R\$ 51.240 por contribuinte.

Na proposta de Haddad, as simulações mostram um efeito diferente sobre os salários mais altos. Os cálculos de Gobetti consideraram isenção para até cinco salários mínimos mensais, com manutenção das alíquotas de 22,5% e 27,5% existentes hoje e introdução de uma nova cobrança de 35% de IR para quem ganha acima de 30 salários mínimos ao mês. Como prevê manutenção de alíquotas atuais e a cobrança de um IR maior para quem ganha mais, a proposta petista levaria a uma renúncia fiscal de R\$ 34,6 bilhões anuais.

No bolso do contribuinte, o efeito da proposta petista seria o mesmo para os que recebem acima de cinco até 30 salários mínimos mensais. Quem está nessas faixas seria beneficiado com a mesma redução de carga tributária média anual por contribuinte, de R\$ 4.354. Quem ganha acima de 40 a 60 salários mínimos passaria a pagar mais IR, com aumento médio de carga de R\$ 9.488 anuais por contribuinte. Na faixa acima de 60 a 80 salários mínimos a elevação sobe para R\$ 26.081 ao ano por pessoa, em média. O número de contribuintes que passaria a pagar mais seria relativamente pequeno, um grupo de 95.054 pessoas dentre mais de 28 milhões de contribuintes. Na proposta petista a renúncia de R\$ 37,8 bilhões anuais resultante do aumento da faixa de isenção para cinco salários mínimos seria em parte neutralizada pela arrecadação adicional de R\$ 3,2 bilhões ao ano com a introdução da alíquota de 35% para que ganha mais.

As simulações, diz Gobetti, levam apenas em consideração a tributação sobre pessoa física sobre os salários e outras rendas sujeitas à tabela progressiva. O exercício não inclui as propostas de tributação de dividendos que têm sido defendidas pelas equipes dos dois candidatos.

Os números, explica Gobetti, indicam efeitos aproximados com base no que se tornou público, já que a equipe de nenhum dos dois candidatos divulgou propostas detalhadas sobre a tributação de IR sobre os salários. Há também efeitos que os dados disponíveis não permitem visualizar, explica ele.

No caso da proposta do capitão, por exemplo, na eventualidade do fim das deduções com despesas de educação ou saúde, poderia haver uma renúncia fiscal ainda maior que a calculada. Isso ocorreria porque muitos contribuintes poderiam migrar da chamada declaração completa, na qual se usam todas as deduções, para a declaração simplificada, na qual existe um desconto padrão que o contribuinte pode usar, independentemente de comprovação de gastos. De novo, na falta de detalhes, segundo Gobetti, inferiu-se tanto para a proposta

de Bolsonaro quanto para a de Haddad que os atuais modelos "completo" ou "simplificado" seriam mantidos.

Do ponto de vista econômico, diz Gobetti, há justificativa para a adoção do caminho que leva à redução generalizada de carga tributária ou à que leva a maior cobrança de IR sobre quem ganha mais. Bolsonaro tem defendido que a perda de arrecadação com o imposto seria compensada pelo dinamismo econômico que uma menor carga tributária poderia trazer, com aumento de investimentos. Em entrevista concedida em fim de setembro, Bolsonaro diz que a mudança no IR daria mais "gás" às empresas.

Quem defende carga de IR maior para quem ganha mais considera que a tributação deve ser mais pesada nas faixas mais altas e menor sobre as mais baixas, para gerar maior disponibilidade de renda para os que ganham menos.

Guilherme Mello, economista integrante da equipe que assessora Haddad, diz que o cenário utilizado por Gobetti está entre as alternativas possíveis de serem encaminhadas caso o petista seja eleito. "Também estudamos a possibilidade de uma alíquota maior para uma camada mais alta ainda, de 40%. Na verdade estamos fazendo várias simulações."

A proposta do PT, diz ele, tem como objetivo dar maior progressividade para a tributação sobre renda, com aumento do IR das pessoas físicas para quem ganha mais. A proposta, destaca Mello, inclui, ao mesmo tempo, voltar com a tributação de dividendos, com redução da carga sobre o lucro das empresas. "A ideia é que as medidas tragam maior equilíbrio entre a tributação sobre trabalho e capital sem criar disparidade entre a tributação sobre lucro no Brasil e no resto do mundo, preservando a competitividade das empresas."

Procurado, Paulo Guedes, assessor econômico da campanha de Bolsonaro, não se manifestou.

## **‘Ênfase deveria ser acordo de livre comércio com EUA’** **O Estado de S. Paulo - 22/10/2018**

A política externa do próximo presidente do Brasil deve incluir a retomada de liderança na região e a tentativa de um acordo comercial com os Estados Unidos, defende o ex-conselheiro da Casa Branca Fernando Cutz. "A ênfase no próximo governo, seja quem for, deveria ser um acordo de livre comércio entre Brasil ou Mercosul com EUA. O (presidente americano Donald) Trump está querendo coisas assim, com um mercado do tamanho do Brasil", afirma Cutz, em entrevista ao Estado. Ele diz que Trump e o candidato do PSL, Jair Bolsonaro, têm semelhanças de estilo e defende que a região discuta uma "ação militar multilateral" para a crise na Venezuela.

Brasileiro, Cutz vive nos EUA desde os 6 anos e fazia pessoalmente o briefing do presidente democrata Barack Obama e depois do republicano Trump sobre assuntos relacionados à América do Sul. Ele saiu do governo americano em abril deste ano e desde o início de outubro integra o time da consultoria Cohen

Group. No governo americano, Cutz ocupou a posição de diretor para América do Sul para o Conselho de Segurança Nacional dos EUA e assessorou a histórica viagem de Obama a Cuba – a primeira de um presidente americano à ilha desde 1928.

### **O que esperar dos Estados Unidos na relação com o próximo governo brasileiro?**

O Brasil sempre teve boa relação com os EUA, sempre fomos parceiros. A situação doméstica está complicada desde o final do governo Dilma. O presidente Temer nunca teve a força política doméstica que desse a ele um mandato forte, então, não temos uma relação tão forte como já tivemos no passado. Todos nós esperamos com a eleição uma mudança para que o Brasil volte a reclamar o seu lugar como líder, não só da região, mas do mundo. Quem for que ganhe, deve estar pronto para começar esse trabalho duro de retomar essa posse e ajudar o Brasil a subir de volta, diplomaticamente.

### **O que faria o Brasil retomar essa atenção?**

Uma das coisas, claro, é uma visita à Casa Branca ou visita do Trump ao Brasil. Isso é o nível político mais básico. Mas, fora isso, tem o nível econômico. Muitas mudanças que o Brasil pode fazer seriam vistas como positivas para países que queiram investir no Brasil. Simplificar impostos, mudar o sistema interno de Previdência e, quando puder, abrir de novo para investimento, para privatização de mais companhias. Se olhar para os países da região que estão recebendo mais atenção em termos econômicos, estão México, Peru e Colômbia. O que eles têm em comum? Os três estão fazendo trabalho possível para trazer investimento do resto do mundo para dentro deles e, enquanto isso, o Brasil cria obstáculos. Os três países agora têm acordo de livre comércio com os EUA. O Brasil nunca quis negociar isso por causa do Mercosul.

### **A boa relação com Trump depende de qual dos dois candidatos for eleito?**

Nem tanto quem for o eleito, mas o que fizer depois. Nenhum dos dois é presidente ainda e poderão fazer o que quiserem quando ganharem. Mas, baseado no que estão falando, parece que Bolsonaro seria mais pró-mercado e pró-Estados Unidos. A ênfase no próximo governo, seja quem for, deveria ser um acordo de livre comércio entre Brasil ou Mercosul com EUA. O Trump está querendo coisas assim, com um mercado do tamanho do Brasil. Seria algo enorme.

### **Do que os EUA estariam dispostos a abrir mão para costurar esse acordo?**

A negociação seria longa e não seria para amanhã. Demoraria anos. Mas começar esse processo levaria não só uma mensagem muito positiva entre os países, mas iria trazer uma nova confiança dos investidores no mercado, por

saber que o Brasil e a região estão comprometidos com uma agenda econômica.

O apelido de 'Trump brasileiro' para Bolsonaro, dado por publicações internacionais, faz sentido? Cada pessoa é individual, mas eles têm coisas parecidas. Os dois falam sem se importar com as consequências. No caso do Trump, muitas vezes fala sem agir. Bolsonaro tem certas políticas que parecem muito com as de Trump: mudar a embaixada para Jerusalém, sair do Acordo de Paris, ser duro contra (o presidente venezuelano, Nicolás) Maduro. Isso, com certeza, iria alinhá-lo com Trump. No nível pessoal, acho que eles iriam se dar muito bem. Agora, mais importante do que o nível pessoal, é o nível de política entre os dois países. O medo que existe nos EUA sobre Bolsonaro é quão longe ele irá nos direitos humanos, na direção do (presidente) Rodrigo Duterte, das Filipinas, ou se seguirá um processo de lei e ordem. Se ele entrar e, como Trump, acabar não agindo como fala, teria tudo para se darem bem.

### **Trump sabe que há um candidato brasileiro associado à figura dele?**

Saí em abril (do governo), ele não sabia ainda. Não sei se ele sabe agora. Ele gosta muito do presidente eleito do México, López Obrador, porque ele é chamado de 'Trump do México', mesmo AMLO sendo bem diferente e de esquerda. Só por ter o mesmo estilo ele já gosta.

### **E como imagina que seria a relação de Fernando Haddad com a Casa Branca?**

Nessa administração do Trump, o Haddad não teria uma linha direta de amizade, não me parece ser o estilo dele. De novo, as políticas que ele iria seguir seriam mais de esquerda, como o PT historicamente segue.

### **O que os EUA esperam do Brasil na questão da Venezuela?**

Imagine quando o Brasil passar de 100 mil para 1 milhão de imigrantes recebidos da Venezuela. O que vai fazer? Então, aqueles que não querem falar de ação militar ou solução prática precisam dizer qual é a solução deles. Não fazer nada tem consequências.

## **Terceirização divide opiniões**

### **Correio Braziliense - 22/10/2018**

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, na semana passada, autorizar a terceirização para atividade-fim em qualquer esfera profissional. Na prática, todas as ocupações, nos diferentes níveis de uma empresa, poderão ser terceirizadas. A decisão foi marcada por polêmicas e registrou placar disputado: sete ministros votaram pela autorização da terceirização, enquanto quatro julgaram improcedente a liberação irrestrita. O assunto ainda é controverso e pouco compreendido por parte dos trabalhadores.

De acordo com Lucas Santos, da Mendonça e Santos Sociedade de Advogados, a liberalização possibilita maior compreensão por parte da sociedade. “Essa é uma pauta antiga dos setores produtores. É inegável que a forma pela qual a terceirização estava sendo regulada, só por um entendimento do Tribunal Superior do Trabalho (TST), tornava-a precária. Era difícil explicar para o empresário. Na minha compreensão, o STF entendeu que o TST estava adentrando em uma área do Poder Legislativo”, explica.

Em março de 2017, o presidente Michel Temer sancionou o projeto que liberava a terceirização das atividades de uma empresa para qualquer função. Em novembro do mesmo ano, com a aprovação da Reforma Trabalhista, pelo Congresso Nacional, a terceirização irrestrita integral das funções estava autorizada, com alteração de alguns pontos.

No entanto, mesmo com a regularização, o assunto ainda era impreciso para empregados e empregadores do país. Antes da decisão do STF, o TST possuía uma jurisprudência vedando a terceirização a todas as atividades-fim, restringindo-se somente às atividades-meio. Agora, com a autorização do STF, o impasse — que envolvia, aproximadamente, quatro mil processos referentes à terceirização que estavam em tramitação no país — deve ser resolvido.

Para Fábio Chong, sócio da área trabalhista do L. O. Baptista Advogados, a decisão do STF remete ao entendimento adotado no ano passado. “O Supremo não autorizou a liberalização. O que os ministros fizeram foi julgar a validade daquela súmula do TST e, a partir da decisão da semana passada, entendeu que ela não era válida.”

Com a autorização irrestrita do STF, muitas dúvidas ainda pairam sobre empresários e trabalhadores. Para efeito de diferenciação, a terceirização da atividade-fim relaciona-se a todas as funções de uma empresa. Como exemplo, um hospital pode contratar os serviços de uma companhia para desempenhar o objetivo principal da empresa contratante, no caso, de serviços médicos. Ou seja, um médico, terceirizado, exercendo o tipo de trabalho diretamente ligado ao propósito do hospital. A partir da conceituação, uma das principais dúvidas relaciona-se à diferenciação entre funcionários terceirizados e aqueles que trabalham em regime de pejetização, como pessoa jurídica (PJ).

Um empregado contratado como PJ, apesar de pessoa física, responde à empresa contratante como pessoa jurídica, além de que o trabalho desempenhado aproxima-se das relações consideradas como de vínculo trabalhista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), entre as quais regularidade, pessoalidade, onerosidade e subordinação. Na prática, a firma que o contratou isenta-se do pagamento de encargos sociais, benefícios e direitos trabalhistas, apenas concedendo-lhe o pagamento, em nota fiscal, como se o trabalhador equivalesse a uma companhia. Já um funcionário terceirizado é regido pela CLT é assegurado pela legislação trabalhista. Empresas que burlam o sistema de vínculos trabalhistas e praticam a pejetização estão sujeitas a processos trabalhistas.

## Subordinação

Apesar do STF conceder a liberação irrestrita, especialistas alertam que a legislação condena a relação de subordinação entre empregados e empregadores na modalidade de terceirização. “Muitos se questionam se você pode terceirizar qualquer coisa. Por exemplo, uma escola pode terceirizar a função de um professor? Na prática, o professor acaba não podendo ter relação de subordinação com a direção. É uma terceirização que não deveria ocorrer”, adverte Fábio Chong.

Para Fernando Abdalla, sócio do escritório Abdalla Advogados, apesar da liberalização autorizada pelo STF, o conceito “irrestrito” deve ser analisado com cautela. “A decisão determina que se possa terceirizar a atividade-fim, mas não se é permitida a terceirização caso a relação seja de subordinação. Aí já não seria terceirização, seria uma relação direta de emprego.”

A terceirização envolve alterações nas relações empregatícias. O professor livre-docente de direito tributário da Universidade de São Paulo (USP), Cristiano Carvalho, vê o impacto como positivo. “A terceirização permite um maior número de contratações. Não é que menos pessoas vão ganhar, mais gente vai ganhar.”

Para Luiz Gonzaga, 54, que foi garçom por 15 anos em Brasília, sendo funcionário terceirizado, a legalização é fator positivo, mesmo tendo perdido recentemente o emprego. “É um investimento para a economia do país, gerando mais empregos”, defende. Se esse tipo de serviço acabar, será um “desastre” para o país, na definição dele. Para Lucas Santos, a liberalização irrestrita envolve dois lados. “Para as empresas, a possibilidade de terceirizar as atividades para companhias especializadas em determinadas atividades facilita muito a gestão. Agora, tem que se analisar a questão da subordinação entre empregado terceirizado e empresa contratante. Ao meu ver, é difícil não haver uma relação de subordinação. Além disso, pesquisas indicam que empregados terceirizados possuem salário menor em relação a outros do mesmo cargo na empresa.”

No entanto, na opinião de João Carlos Gonçalves, secretário-geral da Força Sindical, a medida anunciada pelo STF na semana passada representa a perda de direitos dos empregados. “Foi um prejuízo grave para trabalhadores. Vão entrar pessoas, nas empresas, de outras categorias e, com isso, não vai haver garantia. Posso afirmar que o movimento sindical vai debater isso nas convenções coletivas para que se cumpram as regra estabelecidas pelas convenções coletivas daquele ramo”, garante.

De acordo com Fernando Abdalla, a decisão altera minimamente as condições do empregado. “Não faz tanta diferença. Ele terá carteira assinada pela empresa terceirizada. É importante também reforçar a importância de um sindicato legal, que vai representá-lo e defendê-lo. De acordo com Abdalla, o empregador, agora, terá segurança jurídica e poderá organizar sua produção, de forma econômica, que garanta uma maior autonomia, sem interferência da justiça. “Mas, na minha visão, não está tudo resolvido, já que a justiça do

trabalho, até por um viés de ideologia social, pode querer combater o assunto, ampliando o conceito de subordinação”, revela.

Com a liberalização da terceirização para atividade-fim, muitos questionam o impacto da decisão além do setor privado. Para o advogado Fernando Abdalla, a medida ainda é incerta. “A terceirização no setor público é mais sensível, ameaçando o concurso público. Precisa ser auferido pelo administrador público.”

Estudante de enfermagem, Aline Freire, 23, defende a terceirização, mas espera que os concursos públicos não sejam retirados. “É bom gerar empregos, mas eu defendo o serviço público.” Ela sonha em ser funcionária pública de sua área. “Estou estudando para as provas, mas não condeno a terceirização.”

Na visão de Lucas Bastos, a discussão de terceirização remonta ao início do setor público. “O interessante é que a terceirização nasceu no setor público. De fato, para quem observa o movimento de flexibilização no setor privado, a previsão é de que o próximo passo seria no setor público, mas acredito que isso entraria nas atividades acessórias, algo que não seja muito específico e privativo. A discussão ficou mais próxima para poder começar a ser tratada”, esclarece.

## **Dúvida sobre teto de gastos em 2019 aumenta**

### **DCI - 22/10/2018**

A próxima equipe econômica a ocupar a Esplanada dos Ministérios em Brasília terá que encontrar soluções para respeitar a regra de ouro e o teto dos gastos em 2019, mas há dúvidas sobre como o novo governo cumprirá a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Segundo especialistas consultados pelo DCI, a situação fiscal será crítica mesmo com o crescimento de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) projetado pela Pesquisa Focus do Banco Central (BC).

Com base nas últimas pesquisas eleitorais, o mais provável é que o candidato Jair Bolsonaro (PSL) e uma equipe liderada pelo economista liberal Paulo Guedes assumam o comando do País a partir de janeiro de 2019.

Das poucas declarações públicas de Paulo Guedes nada se sabe sobre detalhes do plano econômico do novo governo, mas promete que teto de gastos será mantido, mas sem explicar como lidar com o percentual de mais de 80% de gastos obrigatórios, como: Previdência Social; despesas de pessoas; repasses de programas sociais; e de fundos direcionados.

“A possibilidade é de um programa de privatizações ser anunciado logo no começo da gestão para fazer caixa. Mas isso seria ruim, pois a venda pode sair por valores inferiores ao que essas empresas estatais realmente valem”, alerta o coordenador da Fundação Instituto de Administração (FIA), Paulo Feldmann.

Na opinião do coordenador, outra possibilidade é de mais uma rodada de retirada de benefícios e desonerações fiscais. “O maior erro da presidente Dilma Rousseff (PT) em 2014 e 2015 foram as desonerações fiscais, mas, mesmo reduzindo, é quase impossível resolver a questão fiscal em 2019. E nessa situação, o teto de gastos não faz sentido algum, ele deixa o orçamento altamente engessado [restritivo]”, diz.

Feldmann lembrou que, até 2014, antes dos vastos benefícios concedidos, o País não havia registrado déficits fiscais. “O teto de gastos foi um tiro no pé, criaram uma camisa de força que limita a capacidade de ação do governo. A LRF já estabelecia que o governo não deveria gastar mais do se arrecada. Agora, para se cumprir o teto, vai se cortar mais investimentos e recursos para a manutenção de escolas, universidades, hospitais”, avisou.

Em contraponto, o professor de economia da Trevisan Escola de Negócios Walter Franco Lopes da Silva vê como positivo o compromisso do próximo governo com o teto de gastos e a regra de ouro das contas públicas– que impede o governo de se endividar mais para pagar despesas correntes como salários e aposentadorias.

“O Congresso eleito estará mais propenso a aprovar reformas, o que jogará um otimismo à economia. As privatizações podem aliviar o caixa do Tesouro. Há espaço para redução dos ministérios e cortes com pessoal, e para a retirada de subsídios; mas, com certeza, vamos ter um ano complexo de negociações no Congresso”, diz o professor.

Imposto de renda

Outra dúvida originada da campanha eleitoral será como cumprir a promessa (do PSL e do PT) de isentar do imposto de renda quem ganha até 5 salários mínimos. Segundo o atual ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, o orçamento de 2019 não prevê alguma correção na tabela do IR.

## **Venda no comércio sobe 0,5%, mas seguirá em ‘marcha lenta’**

**DCI - 22/10/2018**

As vendas no varejo brasileiro avançaram 0,5% em setembro, na comparação mensal, segundo o Indicador Movimento do Comércio feito pela Boa Vista SCPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito).

No acumulado em 12 meses, o indicador avançou 3,9% (outubro de 2017 até setembro de 2018 frente ao mesmo período do ano anterior). Já na avaliação contra setembro do ano anterior o varejo cresceu 2,7%

“Com poucos sinais de melhora no cenário econômico, espera-se que o varejo siga em marcha lenta até o fim do ano”, dizia o relatório da Boa Vista.

Na análise mensal, dentre os principais setores, o setor de “Móveis e Eletrodomésticos” apresentou alta de 0,6% em setembro, descontados os efeitos sazonais. A categoria de “Tecidos, Vestuários e Calçados” cresceu 1,8% no mês, expurgados os efeitos sazonais.

A atividade do setor de “Supermercados, Alimentos e Bebidas” registrou queda de 0,1% na série dessazonalizada. Por fim, o segmento de “Combustíveis e Lubrificantes” subiu 0,6% em setembro considerando dados dessazonalizados.

## **TST permite a trabalhador ajuizar processo na cidade onde mora**

**Valor Econômico - 22/10/2018**

Ao privilegiar o acesso à Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) abriu um precedente que pode dificultar a defesa das empresas em ações trabalhistas. Em julgamento realizado na quinta-feira, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1), responsável por consolidar a jurisprudência da Justiça do Trabalho, admitiu a apresentação de processo na cidade onde reside atualmente uma trabalhadora.

Com esse entendimento, por maioria de votos, os ministros flexibilizaram o artigo 651 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O dispositivo estabelece que o trabalhador deve entrar com ação no local de prestação de serviços, ainda que tenha sido contratado em outra localidade.

O caso analisado é de uma engenheira (E-RR 11727-90.2015. 5.03.0043). Ela foi contratada pela Agrar Consultoria e Estudos Técnicos para prestar serviços na construção da Usina Belo Monte, em Altamira (PA), de responsabilidade da Norte Energia. Segundo o processo, ao sair da empresa a funcionária mudou-se para Uberlândia (MG), onde entrou com a ação.

A Agrar alegava, porém, que o processo deveria tramitar no Rio de Janeiro, onde mantém sua sede. A companhia encerrou suas atividades em Altamira. A Norte Energia, que também é parte, não se manifestou no processo.

Em 2015, em caso emblemático julgado pelo TST, os ministros já haviam flexibilizado a norma da CLT. Entenderam que seria possível em casos de empresas com abrangência nacional, que não teriam dificuldade para se defender em outros municípios.

O processo agora analisado não envolve uma empresa nacional, mas há uma nova peculiaridade, segundo o relator, ministro Cláudio Brandão: o fato da Agrar não prestar mais serviços em Altamira. Ele entendeu que, como a empresa tem sede na cidade do Rio de Janeiro, seria melhor que o processo corresse em Uberlândia, por ser mais próximo do que Altamira e onde atualmente a trabalhadora reside.

O ministro Renato Lacerda Paiva ressaltou no julgamento que seria o caso de admitir a flexibilização do artigo 651 da CLT em respeito ao princípio constitucional do acesso à Justiça e direito ao contraditório e ampla defesa em favor do empregado, desde que não comprometa o direito à defesa da empresa. "Não posso dizer que há um comprometimento do direito de defesa, uma vez que todas as provas terão que ser feitas em Altamira. Para isso, basta utilizar a carta precatória", afirmou no julgamento.

Em seu voto, porém, o ministro Caputo Bastos decidiu divergir. Entendeu que, pelo artigo 651 da CLT, a ação deveria tramitar em Altamira, onde houve a prestação de serviços, uma vez que o TST até então só admitiu abrir exceção para casos de empresas com abrangência nacional. Para ele, não haveria respaldo jurídico para instituir como foro o domicílio da empregada. Assim, manteve a decisão da 8ª Turma do TST, que havia aplicado a norma da CLT.

Relator do caso na 8ª Turma, o ministro Márcio Eurico Vitral Amaro seguiu a divergência. Ele considerou que o posicionamento do ministro Cláudio Brandão poderia comprometer a defesa das empresas. "A empregada depois se mudou para Uberlândia. Mas poderia ter se mudado para Honolulu ou para a China. Por isso, é melhor se ater à regra do artigo 651", disse.

O legislador, acrescentou, foi sábio ao estabelecer a regra, que só poderia ser flexibilizada em casos de empresas nacionais. "Se fosse o Joaquim do armarinho em Altamira, como poderia responder a uma reclamação em Uberlândia? Se fosse uma microempresa, como é que faz? Como fica o acesso à Justiça e o direito de defesa da empresa?", questionou.

A maioria, contudo, acompanhou o voto do relator, ministro Cláudio Brandão, que determinou a tramitação do processo em Uberlândia, onde reside a engenheira. Ficaram vencidos, além de Caputo Bastos e Márcio Eurico Vitral Amaro, os ministros Maria Cristina Peduzzi e Alberto Bresciani.

Para o advogado trabalhista Daniel Chiode, sócio do escritório Chiode Minicucci Advogados, "com base no princípio constitucional de acesso ao Judiciário, o TST abriu uma exceção perigosa para o direito de defesa das empresas". Segundo ele, como bem ressaltou o ministro Márcio Eurico Vitral Amaro, ao privilegiar o acesso ao Judiciário, as empresas poderão não conseguir se defender. "A decisão gera uma situação de instabilidade", afirma.

O processo, porém, tem algumas particularidades, de acordo com o advogado da engenheira, Willy Falcomer Filho. A empresa, acrescenta, encerrou suas atividades no Pará. "A empregada não teria condições de seguir com o processo se fosse em Altamira", diz. Para ele, "seria uma decisão temerária se o empregado pudesse escolher o local da ação sem nenhuma justificativa, mas não é o caso". Procurado pelo Valor, o advogado da Agrar preferiu não se manifestar.

## Ambição Fiscal

O Estado de S. Paulo - Cida Damasco - 22/10/2018

As aspirações parecem concentradas num genérico mudar "tudo o que está aí", verdadeiro mantra de Bolsonaro.

Pesquisas, trekkings, sondagens, palpites. Tudo confirma que o capitão da reserva Jair Bolsonaro deverá ser eleito presidente da República no domingo. Cercado de expectativas, as melhores e as piores, dependendo do lado do muro compacto em que se colocaram parcelas significativas dos eleitores. Acontece, porém, que mesmo entre os eleitores situados na ampla base de apoio do candidato do PSL, as aspirações comuns em relação ao futuro governo parecem concentradas num genérico mudar "tudo o que está aí", verdadeiro mantra de Bolsonaro.

Mas o que é exatamente "tudo que está aí", quais são as mudanças específicas esperadas e com que roupa, ou melhor, com que dinheiro elas serão executadas? A uma semana da eleição, com planos de governo revistos, reduzidos ou ampliados a todo momento, ainda é preciso pensar muitas vezes antes de responder às duas últimas perguntas.

Segundo pesquisa Ibope divulgada na semana passada, Bolsonaro é visto como representante dos interesses dos ricos (para 65% dos consultados), empresários (65%), bancos (54%) e jovens (46%). Essas características, embora reveladoras do perfil dominante dos eleitores do candidato favoritíssimo, ainda são insuficientes para definir o que eles esperam da sua gestão. Há, evidentemente, uma multiplicidade de expectativas da população que está fechada com Bolsonaro, como sempre acontece em mudanças de governo. Mais ainda neste momento, em que se aproxima do Planalto uma candidatura assumidamente de direita, que se apresenta como diferente, com personagens e algumas agendas fora do circuito das últimas disputas.

Na economia, por mudar "tudo que está aí", pode-se entender, é óbvio, resgatar o Brasil do atoleiro em que se encontra – com mais oportunidades de negócios para as empresas, dentro e fora do País, e mais oportunidades de emprego. Como o candidato pretende chegar aí, porém, é que são elas. Seja por estratégia eleitoral, seja por alguns desencontros entre os integrantes da equipe de Bolsonaro, o programa vem vindo a público aos poucos e ainda tem vazios importantes. Especialmente na área fiscal, onde, todos concordam, estão os maiores constrangimentos à atuação do próximo governo.

Aqui vão alguns pontos da reforma fiscal de Bolsonaro, que combina objetivos bastante ambiciosos, com as promessas de sempre e algumas novidades: 1) zerar o déficit primário do setor público em 2019, com ajuda da receita proveniente do leilão dos barris excedentes da cessão onerosa do pré-sal; 2) criar um imposto único federal, provavelmente com características semelhantes às da CPMF, em substituição a alguns tributos, como PIS/Cofins e IPI; 3) desonerar a folha de pagamento das empresas, de forma permanente; 4) cortar

radicalmente os cargos comissionados da União, hoje na faixa de 23 mil; 5) promover uma reforma da Previdência, ainda que não se saiba exatamente qual – a proposta inicial de Guedes era parecida com a de Temer, mas o próprio Bolsonaro já confundiu o meio de campo, ao dizer (e depois desdizer) que o foco é o regime de servidores públicos.

Centro de qualquer programa para reequilibrar as contas públicas e, ao mesmo tempo, de extrema sensibilidade para o eleitorado em geral, a reforma da Previdência tem sido justamente a mais sujeita a idas e vindas, afirmações e desmentidos. Aliás, não só no programa de Bolsonaro, mas também no de Fernando Haddad (PT), cujas propostas de governo passaram nos últimos dias por procedimentos de lipoaspiração e preenchimentos, na tentativa de desempacar a candidatura.

Na edição de outubro da Carta de Conjuntura da FGV/Ibre, o economista Luiz Guilherme Schymura traça um quadro preocupante das finanças públicas no novo governo, caso o presidente não enfrente o que ele chama de “a malfadada agenda do ajuste fiscal”. A dívida bruta do setor público em cerca de 75% do PIB e o déficit primário na marca dos 2,0% são números que ainda indicam uma situação “perfeitamente administrável”, segundo Schymura, mas alertam para a necessidade de mudanças para evitar a deterioração do quadro. Se nada for feito, e principalmente se a Previdência ficar do jeito que está, em 2026, nas contas do Ibre, o déficit chegará a 3,6% do PIB e a dívida se tornará impagável.

Time de Bolsonaro insiste no déficit zero, mas desconversa sobre o principal, a Previdência

## **Vêm aí os criptoativos com lastro** **O Estado de S. Paulo - 22/10/2018**

**Fábio Gallo**

Eu conheço o Bitcoin, que é uma criptomoeda. Mas estou começando a ouvir falar em criptoativos. Vale a pena investir? Em essência, todas essas moedas virtuais são criptoativos. Em outros termos, o bitcoin é um tipo particular de criptoativo. Mas, como tudo que acontece nesse mundo virtual, é grande a velocidade das inovações e de concepção de nomes para o que está sendo criado. Assim, nem sequer começamos a entender o que é um desses ativos e já aparece uma novidade. Para recordar, há dez anos houve a criação do bitcoin, que é uma moeda virtual sem lastro e controle – como ocorre com as moedas fiduciárias que conhecemos, como real, dólar, euro, etc. A “mineração” do bitcoin, como é conhecida a sua forma de criação, tem como base uma tecnologia conhecida como blockchain, que registra as operações em rede de forma distribuída e compartilhada para garantir a segurança das transações em determinado mercado. Hoje, estão lançadas algumas criptomoedas com lastro em outros ativos e, por essa razão, estão sendo denominadas de criptoativos. No Brasil, está sendo prevista para o primeiro trimestre de 2019 o lançamento

de um criptoativo que tem lastro em uma carteira de imóveis alugados em diversas cidades espalhadas pelo mundo. A novidade é que esse lançamento vai ocorrer com base em oferta inicial, conhecida internacionalmente como ICO (Initial Coin Offering), que é uma maneira de obtenção de capital por meio de moedas digitais e da tecnologia blockchain. Nesse mecanismo, os participantes aportam moeda digital e recebem “tokens” (ativos digitais) em troca. Assim, uma pessoa física, projeto ou empresa cria uma moeda virtual que é vendida em troca de moeda fiduciária. O centro da nova atividade está sendo na Suíça, que em 2017 movimentou 14% do mercado mundial de ICO, que atingiu US\$14 bilhões.

Não consigo fechar as minhas contas, tal como muitos brasileiros. O que preciso aprender para sair de vez dessa situação delicada?

A falta de educação financeira acontece com muitas pessoas, e não somente com nós, brasileiros. Isso é mostrado ao redor do mundo quando se propõe que pessoas participem de testes sobre conhecimento financeiro. De forma geral, o sistema educacional e os pais não se sentem preparados para educar os filhos na direção do consumo consciente, do investimento e da geração de poupança. Assim, vou tentar reunir de maneira breve diversas dicas que sempre falamos para que as pessoas se sintam mais à vontade com o tema. Busque investir de maneira inteligente – e isso significa planejar sua vida financeira, ser dedicado e buscar conhecimento na área. Sempre tenha na cabeça algo muito simples: gaste menos do que você ganha. Comece a poupar o quanto antes; assim, será muito mais fácil e você vai juntar mais dinheiro – use o tempo a seu favor. A base de tudo: deve haver equilíbrio entre risco e retorno. Buscar mais retorno significa ter mais risco, mas aceitar mais risco não garante mais retorno. Por causa disso, sempre que possível procure diversificar seus investimentos em diferentes produtos. Crie uma reserva para emergências, sendo que esse montante tem de estar em um produto de alta liquidez, ou seja, fácil de resgatar. Evite dívidas. Use seu cartão de crédito de maneira consciente. Pense na sua aposentadoria. Não acredite em promessas milagrosas ou em dicas de profetas – pois, na verdade, estão é querendo o seu dinheiro.

## **Vai privatizar migalhas?** **O Globo - 22/10/2018**

**Eduardo Oinegue**

Embora o programa do PSL fale em privatização robusta, e Paulo Guedes advogue uma venda radical de estatais, quem manda parece não ter decidido o que fará se for eleito. Jair Bolsonaro já admitiu à GloboNews a venda total da Petrobras, mas já implicou com a origem do capital comprador de estatais. “Você vai deixar nossa energia na mão do chinês?”, perguntou na Band.

Sua linha atual é a seguinte: “Não podem ser privatizadas as que geram energia, Banco do Brasil, Caixa Econômica, talvez o miolo da Petrobras, seria por aí. Agora, de 140 e poucas estatais, acredito que mais de 100 dá para privatizar tranquilamente”. Ainda que citadas como exceções, Eletrobras, BB, Caixa Econômica e Petrobras são o filé das estatais. Representam 78% dos ativos e 88% do patrimônio de tudo.

As distribuidoras da Eletrobras já começaram a ser vendidas. Há conversas também sobre transmissão. O passo natural seria considerar as “que geram energia”. No caso da Petrobras, ainda que não seja um pedaço de pão, está claro que o tal “miolo” que ele quer manter é mais valioso do que a “casca” que topa vender. Além disso, se preservar as gigantes, não haverá “mais de 100” empresas para privatizar, mas 50. O Brasil possui 144 estatais, das quais 94 estão nos quatro conglomerados. A Caixa é formada por 2 subsidiárias. O BB, por 16. A Eletrobras, por 35. E a Petrobras, por 41.

Nas 50 estão o BNDES, a Companhia Nacional de Abastecimento e a Ebserh, que cuida dos hospitais universitários. Estão a Nuclebrás, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais e a Embrapa, vital para o agronegócio, que nem preço de mercado tem porque é dependente do Tesouro.

Vender as “estatais do Lula e da Dilma” não é opção. Das 46 criadas no período, 38 também pertencem às quatro grandes e ao BNDES. Fora daí, quanto renderiam criações de Lula, como a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) ou uma tal Ceitec, que faz chip para monitorar gado? Mesmo firmas mais antigas valem pouco, feito a Imbel, do governo Geisel, que fabrica fuzis, pistolas, facas e barracas.

A postura atual de manter o miolo e vender as cascas parece abrigar um conflito na visão de país de Bolsonaro. Ele defende firmemente tirar o Estado das costas da sociedade, mas hesita em tirá-lo da economia, mantendo-o forte apenas na regulação, na imposição de leis, no respeito aos contratos e nas funções típicas. Se eleito, pode investir em concessões e vender a Infraero e os Correios, mas não terá um plano graúdo sem as quatro grandes. O risco de separar miolo e casca é fazer sua privatização render só migalhas.

## **Política econômica internacional**

**DCI - 22/10/2018**

### **Marcelo Leonardi Bezerra**

O Brasil precisa de um salto qualitativo no PIB. Para tanto necessita de parcerias econômicas e criação de acordos comerciais. Temos constatado apenas parcerias com países da América Latina e Africanos. No que diz respeito à economia, temos que priorizar os países ou blocos econômicos que tem grande potencial a oferecer, para turbinar a indústria e a agricultura.

Justamente os mais desenvolvidos tem sido preteridos, provocando um atraso gigantesco em nossa economia.

Qual é o saldo deste período? Podemos afirmar de forma inequívoca, que o saldo é negativo, pois os empréstimos feitos via BNDES para outros países, não significaram retorno para o Brasil em nenhum aspecto, inclusive com prejuízo monetário em face de inadimplência.

Em relação a acordo comercial, que poderia estimular de forma exponencial as empresas brasileiras, o que houve foi pífio, exemplos de acordos comerciais, Brasil – Guiana e Brasil – Suriname.

Não houve nenhuma negociação sequer com países com potencial de mercado como Estados Unidos e Europa, muito menos com a China, que atualmente é nosso principal parceiro comercial.

Porém, vamos a um exemplo concreto que deveríamos seguir. A China, quando se fala em economia não se prende a ideologia, pelo contrário, é um país comunista com total aderência ao capitalismo, ampliando seu comércio internacional com todo o mundo, sem exceção. Eles estão presentes com parcerias, acordos comerciais, importando e, principalmente, exportando, para o globo terrestre inteiro.

Nos candidatos à presidência da república constatamos dois perfis antagônicos.

Nesta área o Haddad, com a bandeira de “Soberania Nacional e Política Externa Altiava e Ativa”, priorizando a manutenção da política econômica externa com a manutenção de parcerias e acordos com países africanos e da América Latina, que não favorecem o Brasil economicamente falando, mas com a alegação do imperialismo.

Já o candidato Bolsonaro, tem em seu foco, a abertura econômica, sem qualquer viés ideológico, priorizando as negociações internacionais com países que efetivamente resultem em ganhos para o Brasil, que é a linha correta, pois foca em resultados. Vamos a alguns dados importantes:

A China atualmente é a segunda economia do mundo, tem 65% do PIB concentrado no mercado internacional, exportando muito para todo o mundo, sem restrição de país. Criou recentemente o maior acordo comercial, que será a nova Rota da Seda, mas agora em escala global, que o Brasil não participa.

Em 1980, o País era a oitava economia do mundo e a China, em comparação, era considerada pobre e ainda tinha um PIB cinco vezes menor. Passados três décadas, o PIB é oito vezes maior do que nosso e ainda é a segunda economia do mundo em 2018, caminhando para a ser a maior potência econômica.

Portanto, estamos em uma inércia econômica quanto à ideologia sobre a política econômica internacional e ainda temos candidaturas a presidente querendo manter está diretriz de forma equivocada.

Temos que pensar “o Brasil grande”, esquecer concepções ultrapassadas como ideologia, como imperialismo ou coisas do gênero, em detrimento de ficarmos estagnados e perdendo a oportunidade de crescimento real e sustentável.

## **País conclui negociação comercial com Chile** **O Estado de S.Paulo - 22/10/2018**

Brasil e Chile concluíram na noite de sexta-feira as negociações para um acordo de livre-comércio, que deverá ser assinado ainda este ano. É um avanço na estratégia do País de aprofundar relações com países da Aliança do Pacífico, do qual também fazem parte México, Colômbia e Costa Rica.

O Chile é o segundo principal parceiro comercial do Brasil na região. No ano passado, a soma de exportações e importações chegou a US\$ 8,5 bilhões. “O novo acordo contribuirá para impulsionar os fluxos de comércio e investimentos entre Brasil e Chile, nos setores tanto de bens quanto de serviços”, diz nota divulgada pelo Itamaraty. “Constituirá, ao mesmo tempo, um vetor de aproximação entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico e de reforço da integração regional.”

Mercosul e Chile já tinham um acordo de complementação econômica desde 1996. Com base nele, as tarifas de importação no comércio bilateral já foram reduzidas a zero. No entanto, como o acordo era antigo, havia necessidade de atualizá-lo, segundo explicou em conversa recente com o Estado o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge.

Segundo o Itamaraty, a nova versão incorpora 17 temas que não são tarifas de comércio. Um exemplo é o fim da cobrança de roaming internacional para o trânsito de dados de telefonia móvel entre os dois países.

Essa é também a primeira vez que um acordo bilateral assume compromissos a respeito de comércio eletrônico, boas práticas regulatórias, transparência em medidas anticorrupção, cadeias regionais e globais de valor, gênero, meio ambiente e assuntos trabalhistas.

A questão de gênero era um tema importante para o lado chileno. Assim, o acordo incorporou cláusulas destinadas a reduzir a desigualdade de gênero, como o estímulo às mulheres empreendedoras.

Incorporação. O novo acordo também incorpora dois acordos assinados recentemente, que foram negociados de forma isolada. O primeiro é o protocolo de compras públicas, que garante às empresas do Brasil a possibilidade de vender determinados itens às administrações públicas do Chile em igualdade de condições com as empresas locais, e vice-versa.

O segundo é o Protocolo de Investimentos em Instituições Financeiras. Ele firma um compromisso em resolver problemas que os bancos possam ter, sem

precisar recorrer à mediação internacional. O objetivo é aumentar a segurança jurídica. Bancos brasileiros têm forte presença no Chile. Por sua vez, o País é o principal destino dos investimentos chilenos na região, com estoque de US\$ 31 bilhões.

As negociações desse acordo começaram há apenas seis meses, com a visita ao Brasil do presidente do Chile, Sebastián Piñera. Foram quatro rodadas de entendimentos.

O acordo com o Chile faz parte do que o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, chama de retomada da vocação econômica do Mercosul.

## **Brasil e Chile concluem negociações para acordo Valor Econômico - 22/10/2018**

Os governos do Brasil e Chile concluíram na sexta-feira, em Santiago, as negociações para um acordo de livre comércio entre os dois países. A negociação chegou ao fim após quatro rodadas - a primeira ocorreu na vinda do presidente chileno, Sebastián Piñera, a Brasília em abril. A assinatura do acordo deverá ocorrer até o fim do ano.

O passo de aproximação comercial complementar o acordo econômico selado entre o Mercosul e o Chile, que já resultou na remoção de tarifas de importação cobradas na relação bilateral. Agora, o novo acordo incluirá 17 temas de natureza não tarifária, como: comércio de serviços; comércio eletrônico; telecomunicações; medidas sanitárias e fitossanitárias; obstáculos técnicos ao comércio; facilitação de comércio; propriedade intelectual; e micro, pequenas e médias empresas.

O acordo de livre comércio prevê também a incorporação de outras medidas já firmadas recentemente, como os protocolos de compras públicas e de investimentos em instituições financeiras. "O novo acordo contribuirá para impulsionar os fluxos de comércio e investimentos entre o Brasil e o Chile, nos setores tanto de bens quanto de serviços. Constituirá, ao mesmo tempo, um vetor de aproximação entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico e de reforço da integração regional", informou o Itamaraty, em nota.

Brasil e Chile se comprometeram a eliminar a cobrança de roaming internacional para dados e telefonia móvel entre os dois países. Segundo o ministério, será a primeira vez que o Brasil assume, em acordo bilateral de comércio, compromissos em temas relacionados ao comércio eletrônico, boas práticas regulatórias, transparência em anticorrupção, cadeias regionais e globais de valor, gênero, meio ambiente e assuntos trabalhistas. O Chile é o segundo principal parceiro comercial do Brasil na América do Sul e importante destino de investimentos brasileiros na região.

## **Trump ameaça sair de acordo postal global**

**Valor Econômico - 22/10/2018**

O governo do presidente dos EUA, Donald Trump, abriu uma nova frente na guerra comercial ao ameaçar se retirar de um acordo postal global, o que levou a China a condenar o que considera um padrão de Washington de rejeição à cooperação internacional.

As regras internacionais para remessas transnacionais se baseiam num tratado postal de 144 anos da União Postal Universal (UPU), agência da ONU com 192 países-membros. O sistema barateia o preço das remessas postais de países emergentes - o que os EUA consideram um benefício injusto à China, agora que ela é a segunda maior economia do mundo.

A decisão do governo Trump de retirar os EUA do acordo foi instigada por Peter Navarro, assessor comercial da Casa Branca, considerado um linha-dura em relação à China. "É mais caro enviar um pacote de Los Angeles para Nova York pelo Serviço Postal dos EUA que remeter o mesmo pacote de Pequim para Nova York", afirmou Navarro, no mês passado, em um artigo publicado no "Financial Times".

Para Navarro, "as regras da UPU dão às empresas em países como a China, que já se beneficiam de apoio doméstico, um benefício extra na tarifa postal e uma vantagem na disputa pelo crescente negócio do comércio eletrônico mundial". Ele acrescentou que se a UPU não fizer mudanças suficientes nas "graves desigualdades" do sistema, o Serviço Postal dos EUA adotará "tarifas autodeclaradas".

A decisão enfatiza a disposição de Trump de usar qualquer meio à disposição para pressionar Pequim comercialmente.

A China lamentou o anúncio. "Recentemente o lado americano tem decidido se retirar não só de uma ou duas organizações", disse o porta-voz do Ministério de Relações Exteriores, Lu Kang, na sexta-feira. "Os EUA podem ter suas próprias ideias, e não há necessidade de usar a China como um motivo."

"A China sempre defendeu o multilateralismo e se comprometeu a sustentá-lo, e tem participação ativa na UPU e dá apoio a seu trabalho", acrescentou Lu.

Martin Bao, analista da ICBC International, acredita que a retirada dos EUA poderia ter um impacto mínimo sobre as líderes chinesas de comércio eletrônico, como os grupos Alibaba e JD.com, que desfrutam de um forte mercado doméstico.

"A maior parte do comércio eletrônico transnacional na China trata-se de importações do exterior, e não o contrário", disse Bao.

Embora alguns comerciantes chineses pequenos vendam produtos a clientes americanos pela plataforma do Alibaba, Bao disse que esse fluxo de negócios

é "muito, muito pequeno" e "insignificante" dado o tamanho dos grupos de e-comércio.

Yuan Peng, um vendedor chinês online na Amazon.com, não está preocupado com a ameaça de Trump à UPU. Sua empresa em Shenzhen vendeu o equivalente a 100 milhões de yuans (US\$ 14,4 milhões) em fones de ouvido com bluetooth e outros aparelhos eletrônicos para clientes americanos em 2017, mas Yuan contou que os produtos foram enviados em contêineres, não em pacotes postais.

Segundo Yuan, "a maioria dos vendedores chineses online de pequeno e médio porte na Amazon usa armazéns nos EUA". "Seja como for, eles não entregam produtos por meio do serviço postal."

Embora comerciantes menores possam ser afetados, "essas empresas contribuem com apenas um quinto dos produtos chineses vendidos ao EUA na Amazon", estimou Yuan.

Mas a National Association of Manufacturers, um poderoso lobby comercial americano, aplaudiu a decisão. "Fabricantes e trabalhadores da produção nos EUA vão se beneficiar muito de um acordo modernizado e muito mais justo com a China", declarou o presidente da associação, Jay Timmons.

Pelo sistema de tarifas de remessas internacionais da UPU, os encargos que um operador de correio paga à sua contraparte no país de destino são definidos em níveis baixos para países em desenvolvimento, a China incluída. A diferença de preço é especialmente grande para os pacotes menores.

Washington alega que o Serviço Postal dos EUA já teve que aumentar os preços domésticos para compensar os gastos, que estima em um total de US\$ 300 milhões ao ano. Enquanto isso, alguns vendedores online oferecem frete grátis para os EUA.

Em agosto, Trump ordenou uma revisão, dizendo que era política dos EUA "encorajar o desenvolvimento de um sistema global competitivo e eficiente, que proporcione tarifas postais justas e não-discriminatórias".

A decisão de abandonar a UPU foi tomada depois que queixas de Trump sobre o sistema foram rejeitadas num encontro da entidade em setembro.

Como há uma moratória de um ano para a saída de um país da entidade, Trump disse que pode reconsiderar sua decisão, dependendo de como as negociações com os países-membros da UPU progredirem. A Câmara de Comércio dos EUA já propôs a definição de um sistema justo, que equipare custos de envio por meio de negociações bilaterais com cada país.

Esta não seria a primeira vez que Trump rompe com acordos e instituições multilaterais.

Até agora o presidente retirou os EUA do pacto comercial da Parceria Transpacífico (TPP) e do Acordo do Clima de Paris, com o argumento de que ambos são injustos para seu país. Ele também sugeriu deixar a Organização Mundial do Comércio (OMC).

A UPU foi estabelecida em 1874.